



## **Paisagem como prática sócio ambiental no Programa Novo Rio Pinheiros**

*Landscape as a socio-environmental practice in the novo rio pinheiros program*

*El paisaje como práctica socioambiental en el Programa Novo Rio Pinheiros*

**Marcelo Tomaz Moreno**

Mestrado, FAU-USP, Brasil  
mtomazmoreno@gmail.com

**Fábio Mariz Gonçalves**

Professor Doutor, FAU-USP, Brasil  
fabiomgoncalves@usp.br



### RESUMO

O artigo analisa o programa *Novo Rio Pinheiros* da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo (SIMA) que inclui a revitalização das margens do rio e a despoluição dos seus afluentes, além de ações educativa com foco nas ações socioambientais da microbacia do Córrego Zavuvus decorrentes do programa. Antes de analisar as ações em si, se faz necessária a contextualização do programa. A questão levantada é a de que parte das ações socioambientais desenvolvidas dentro de programas de saneamento básico deveriam se relacionar com o território, valorizando os espaços públicos, de modo a fortalecer a percepção da água na paisagem urbana, especialmente nas comunidades. Nesse contexto, o principal objetivo deste artigo é mostrar que as ações socioambientais empregadas no *Novo Rio Pinheiros* são inócuas, efêmeras e que não terão alterado a lógica historicamente constituída de apagamento e destruição das bacias hidrográficas urbanas na cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saneamento. Despoluição. Paisagem. Educação Ambiental.

### ABSTRACT

*This article analyzes the Novo Rio Pinheiros project, devised by the Secretary of Infrastructure and Environment of the State of São Paulo (SIMA). The project consisted of the revitalization of river banks, the cleaning up of its tributaries and educational initiatives aimed to raise public awareness. This research focuses on the socio-environmental actions of the Córrego Zavuvus microbasin: a product of the Novo Rio Pinheiros project. Before analyzing the project, however, it is important to put basic sanitation in the city of São Paulo into context. The question this article raises is that part of the socio-environmental initiatives developed through basic sanitation projects should be connected to the concepts of territory and public spaces, thus strengthening the awareness of water-related issues in the urban landscape and in communities in particular. In this context, the main objective of this article is to show that the socio-environmental actions implemented in the Novo Rio Pinheiros program are ineffective, ephemeral, and will not alter the historically established logic of erasure and destruction of urban watersheds in the city.*

**KEYWORDS:** Sanitation. Depollution. Landscape. Environmental Education.

### RESUMEN

*El artículo analiza el programa Novo Rio Pinheiros de la Secretaría de Infraestructura y Medio Ambiente del Gobierno del Estado de São Paulo (SIMA), que incluye la revitalización de las márgenes del río y la descontaminación de sus afluentes, además de acciones educativas enfocadas en las actividades socioambientales de la microcuenca del arroyo Zavuvus derivadas del programa. Antes de analizar las acciones en sí, es necesario contextualizar el programa. La cuestión planteada es que parte de las acciones socioambientales desarrolladas dentro de los programas de saneamiento básico deberían estar relacionadas con el territorio, valorando los espacios públicos, con el fin de fortalecer la percepción del agua en el paisaje urbano, especialmente en las comunidades. En este contexto, el objetivo principal de este artículo es mostrar que las acciones socioambientales empleadas en el programa Novo Rio Pinheiros son ineficaces, efímeras y no alterarán la lógica históricamente constituida de borrado y destrucción de las cuencas hidrográficas urbanas en la ciudad.*

**PALABRAS-CLAVE:** Saneamiento. Descontaminación. Paisaje. Educación Ambiental



### INTRODUÇÃO

A urbanização das cidades brasileiras, em sua ampla maioria, tem sido realizada sem a consideração das bacias hidrográficas dos seus suportes. Este estudo analisa os planos recentes incidentes sobre o Rio Pinheiros, que em vários objetivos manifestos anunciam alterar a lógica que preside a transformação da bacia em simples infraestrutura urbana e a compreensão tanto dos órgãos públicos quanto da população sobre a importância dos rios urbanos (SEABRA, 2011).

A agenda neoliberal, que promove parcerias público-privadas (PPP) e a privatização de empresas públicas, têm retirado o Estado de suas funções, enquanto parte da sociedade tem se conscientizado sobre a necessidade de preservar os recursos naturais, especialmente frente às mudanças climáticas. Essa nova sensibilidade se reflete nas organizações não governamentais (ONGs), que têm promovido mobilizações focadas na valorização de recursos escassos como a água (SEABRA, 2011). Em diversas cidades ao redor do mundo, projetos de revitalização de rios urbanos buscam ressignificar suas margens e espaços, promovendo melhorias na infraestrutura de saneamento básico e na qualidade dos espaços públicos.

No Brasil, programas como o *Novo Rio Pinheiros*, promovido pelo Governo do Estado de São Paulo, exemplificam os esforços para melhorar a infraestrutura hídrica urbana. No entanto, observa-se um descompasso entre a urbanização e os investimentos em saneamento, o que tem agravado a crise de infraestrutura. As privatizações no setor de saneamento, embora comuns, têm contribuído para a falta de transparência nas políticas públicas, transferindo o controle das águas para grupos empresariais e reduzindo o controle democrático (SWYNGEDOUW, 2004).

O estudo de 2015 do Instituto Trata Brasil<sup>1</sup> revela que 14,9% da população paulista vive em aglomerados subnormais<sup>2</sup> sem acesso a saneamento básico, evidenciando a insuficiência de investimentos públicos nas áreas mais carentes e a perpetuação de desigualdades urbanas. Políticas públicas articuladas com interesses econômicos e políticos determinam os vetores de expansão urbana, descuidando de áreas com pouca infraestrutura (Instituto Trata Brasil, 2015).

### CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO SANEAMENTO (METODOLIGIA)

Pela Lei 11.445 de 2007, saneamento básico é definido como o conjunto dos serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais.

De acordo com Swyngedouw (2004), os fluxos de água no ambiente urbano ocorrem

<sup>1</sup> Pesquisa Saneamento Básico em áreas irregulares do Estado de São Paulo. Instituto Trata Brasil, 2015.

<sup>2</sup> Termo usado pelo IBGE para designar áreas de favela.



não apenas por um ciclo hídrico fisicamente determinado, mas também são moldados por influências e correspondências culturais, simbólicas, sociais e políticas. No Brasil, historicamente, o saneamento básico está atrasado em relação ao crescimento do país, sendo um problema sistêmico na formação das cidades. Esse problema se dá pela lógica de primeiro ocupar para posteriormente implementar as diretrizes básicas de infraestrutura.

Rápida concentração de produção e população nas áreas urbanas no Terceiro Mundo gera grandes demandas tanto por bens e serviços (tais como transporte, saneamento, etc.) como pelo controle dos custos sociais resultantes dessa concentração espacial aumentada (inclusive os custos de poluição, congestionamento, doenças contagiosas e altos índices de criminalidade). Uma vez que a alocação desses bens e serviços ou controle desses custos não podem, de fato, ser efetuados eficientemente no mercado, caberia ao Estado realizá-los (VETTER; MASSENA, 1981, p.51).

A "Lei das Águas"<sup>3</sup> de 1997, no Brasil, marcou um avanço significativo ao reconhecer a água como um recurso finito, destacando a necessidade de seu uso racional e a prevenção de eventos hidrológicos (BRITTO e REZENDE, 2017). Em 2000, a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) formalizou a gestão dos recursos hídricos no país (BRITTO e REZENDE, 2017). A Lei Nacional do Saneamento Básico (LNSB), de 2007, consolidou a titularidade dos serviços de saneamento pelos municípios, garantindo o saneamento básico como um direito constitucional, desvinculando a água da lógica mercantilista (BRITTO e REZENDE, 2017).

Durante as gestões entre 2003 e 2016 o governo federal buscou tratar o saneamento como um direito social, com o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) de 2013 estabelecendo diretrizes de universalização e equidade no acesso (BRITTO e REZENDE, 2017). Os Programas de Aceleração do Crescimento (PACs) impulsionaram investimentos significativos no setor, mas o governo Dilma (2011-2016) aprovou leis que permitiram repasses públicos às empresas privadas, dificultando a fiscalização e aumentando a presença privada no setor de saneamento (BRITTO e REZENDE, 2017).

Verificamos, portanto, ao longo dos Governos Lula e Dilma, avanços no sentido de se construir uma política universalista e democrática, mas também um movimento através do qual a participação privada e a lógica de mercantilização no saneamento saem fortalecidos, beneficiados pelo acesso aos recursos públicos (BRITTO e REZENDE, 2017, p.563).

Em 2016, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi lançado no governo Temer, reforçando as Parcerias Público-Privadas (PPP) e promovendo a privatização parcial de serviços de saneamento em várias regiões (FURIGO; SAMORA; TAMAYO, 2019). Esse movimento intensificou a mercantilização da água, com empresas privadas aumentando sua participação em cidades menores e metrópoles por meio de concessões (FURIGO; SAMORA; TAMAYO, 2019). No entanto, dados indicam que a reestatização em outros contextos internacionais foi mais eficaz na universalização dos serviços de saneamento (BRITTO e REZENDE, 2017).

<sup>3</sup> A Lei 9433 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.



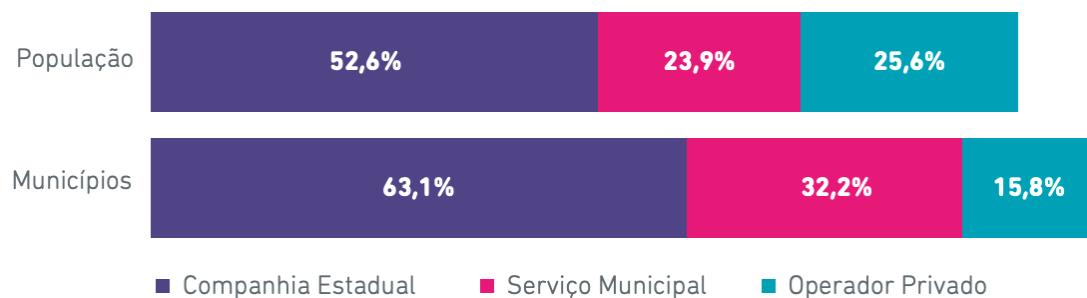
Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 41, 2025

Apesar dos avanços sociais alcançados nesse período, o fortalecimento do setor privado no saneamento seguiu uma lógica neoliberal, priorizando o lucro e tratando a água como mercadoria. O planejamento setorial, previsto em instâncias como o ConCidades e o PLANSAB, foi prejudicado pela falta de priorização na alocação de recursos públicos, particularmente em regiões mais vulneráveis (BRITTO e REZENDE, 2017).

O Novo Marco Regulatório do Saneamento, instituído pela Lei nº 14.026 de 2020, introduziu um novo cenário para a política de saneamento básico no Brasil, estabelecendo metas ambiciosas de universalização até 2033, com 99% da população tendo acesso à água potável e 90% à coleta e tratamento de esgoto. Essa legislação abriu o mercado para a participação privada, seguindo a tendência iniciada nos governos do PT (BRITTO; REZENDE, 2017). Desde sua implementação, a presença de empresas privadas no setor aumentou de 4% em 2020 para quase 16% em 2024 (dados de 01/06/2024).

Figura 1 - Gráfico com a representação da iniciativa privada em 2024.

### Distribuição de municípios e população atendida por tipo de operador.



Fonte: ABCON SINDCON. Disponível em: [https://abconsindcon.com.br/wp-content/uploads/2024/08/Panorama\\_2024\\_MIOLO\\_PT\\_v4.1.pdf](https://abconsindcon.com.br/wp-content/uploads/2024/08/Panorama_2024_MIOLO_PT_v4.1.pdf)

O Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) prevê o investimento de R\$508 bilhões até 2033, visando solucionar os problemas de infraestrutura no setor. O Novo Marco Regulatório é visto como um divisor de águas, ao aumentar significativamente os investimentos privados. Entretanto, surgem críticas à dependência de recursos públicos, como os do FGTS e FAT, disponibilizados para o setor privado a juros atrativos, questionando a eficiência e justiça dessa política (BRITTO; REZENDE, 2017).

Embora a tendência de privatização seja clara, movimentos internacionais de reestatização em países desenvolvidos, como França e EUA, indicam a busca pelo retorno ao controle estatal devido a problemas como investimentos insuficientes, aumentos tarifários e impactos ambientais (LOBINA; KISHIMOTO; PETITJEAN, 2015). Nos EUA, por exemplo, a remunicipalização resultou em uma redução de 21% nos custos operacionais, enquanto em Berlim a tarifa de água diminuiu 18% após a reestatização em 2013 (BRITTO; REZENDE, 2017).



Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 41, 2025

O caso de Cochabamba, na Bolívia, se tornou hoje um exemplo icônico de resistência bem-sucedida. Após uma mobilização em massa e um embate social e político considerável, a International Water, concessionária do sistema de fornecimento de água da cidade, foi expulsa do país e o serviço de águas voltou às mãos públicas. Em Buenos Aires, o contrato de água teve de ser renegociado depois que a Argentina foi forçada a desistir da política de estabilização dólar/peso em consequência da crise econômica que balançou o país no começo de 2002. Na Espanha, milhões de pessoas marcharam nas ruas de Madri em protesto contra as políticas de água do governo conservador. Em Porto Alegre, o movimento de globalização alternativa tornou a água uma das principais arenas ao redor da qual mobilizam ações sociais. Cada vez mais, companhias de água descobrem que os lucrativos potes de ouro prometidos no setor de água podem não ser tão fartos como o Banco Mundial e entusiastas da liberalização pintam e algumas empresas começaram a se retirar do setor de saneamento. A água continua sendo realmente um bem altamente contestado. E em um contexto em que, ainda hoje, muitas pessoas morrem por falta de acesso à água de boa qualidade, as lutas sociais pela água tendem a se transformar em embates por direitos humanos fundamentais (SWYNGEDOUW, 2004. p. 49).

No Brasil, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), fundada em 1973, foi um marco no saneamento paulista, porém, em 2024, a empresa foi desestatizada e vendida ao Grupo Equatorial Energia. Apesar de compromissos sociais, a privatização gerou críticas quanto à falta de concorrência e ao valor da venda, além de preocupações sobre o impacto no gerenciamento de crises hídricas (FURIGO; SAMORA; TAMAYO, 2019).

### O NOVO RIO PINHEIROS

O programa *Novo Rio Pinheiros* foi criado em 2019 sob a gestão do Governador João Dória (PSDB), com investimento de R\$1,7 bilhão, com o objetivo de promover medidas abrangentes de saneamento básico, visando a redução do lançamento de esgoto nos afluentes do Rio Pinheiros. O programa beneficiou aproximadamente dois milhões de pessoas e gerou 4.150 empregos, diretos e indiretos (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022).

Segundo o Governo do Estado, por ser um rio urbano, sujeito a diferentes tipos e modos de poluição, a despoluição não implica na obtenção de água potável. No entanto, há expectativa dos seguintes benefícios: a redução do cheiro da água, a formação de um ecossistema propício para a fauna local e, sobretudo, o estímulo à utilização das margens do rio pela população por meio da recuperação ambiental e paisagística (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022).

### O PROGRAMA

Iniciado em 2019, o Programa *Novo Rio Pinheiros* foi implementado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA), responsável por coordenar as seguintes empresas públicas: a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE); a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP); Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e; o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Além do apoio, evidentemente, da Prefeitura de São Paulo, a qual abriga a maior parte da bacia



hidrográfica do Rio Pinheiros. O programa é dividido em cinco eixos estruturantes:

Quadro 1 – Eixos Estruturantes.

Saneamento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Coleta e Tratamento de esgoto.</li><li>• Complementação dos coletores tronco, conectar imóveis à rede.</li><li>• Implantação de 5 URs (Unidades de Recuperação).</li></ul>
Manutenção	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recuperação dos Taludes.</li><li>• Desassoreamento.</li></ul>
Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Coleta e destinação dos resíduos sólidos.</li><li>• Remoção de pernilongos.</li></ul>
Revitalização das Margens	<ul style="list-style-type: none"><li>• Usina São Paulo.</li><li>• Integração das ciclovias.</li><li>• Parque Bruno Covas.</li></ul>
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ações sociais e ambientais.</li><li>• Parcerias com comunidades.</li></ul>

Fonte: autoria do Autor, 2023.

Este programa, como outros que o antecederam, anunciam como objetivo a mudança do caráter das margens do Rio Pinheiros, criando vasto espaço de lazer e mobilidade junto às águas. Muitos recursos públicos foram investidos no saneamento, dragagem e manutenção desses espaços. O Programa Novo Rio Pinheiros é apenas mais um nessa série histórica e pouco consequente, pois as avenidas marginais por si mesmas já comprometem a proposta pois isolam as margens dificultando o acesso e geram poluição do ar e sonora suficiente para comprometer seu uso. Outro aspecto é que o espaço entre as avenidas e o rio é reduzido, na maior parte do trajeto não chega a 30 metros e é ocupado pela linha de trem, por linhas de alta tensão e outras instalações técnicas de saneamento e eletricidade.

As ciclovias, canteiros e bosques implantados melhoraram o aspecto dessas estreitas faixas de terra mas ainda não conseguiram atrair públicos maiores justamente pela exiguidade e qualidade dos espaços, e pelo cheiro que o rio exala, especialmente nos dias ensolarados e sem chuva. Daí o saneamento das águas ser fundamental para a transformação.

## SANEAMENTO

A melhora da qualidade da água na bacia hidrográfica do Rio Pinheiros está profundamente ligada à eficiência e extensão da rede de coleta e tratamento do esgoto. Para a ampliação da infraestrutura da rede de coleta de esgoto foi necessária a construção de interceptores, redes coletores e novas ligações de esgoto.

Originalmente, o programa pretendia conectar 532.619 imóveis à rede de esgoto, atendendo a 1,6 milhão de pessoas. Foram realizadas mais de 650 mil ligações à rede de esgoto,



Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 41, 2025

beneficiando aproximadamente 3,3 milhões em toda região metropolitana (superando em 22% as previsões). A meta foi elevar o tratamento de esgoto dos de 4.600 litros por segundo para 7.400 litros por segundo, direcionando o novo volume de esgoto para Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Barueri, que é operada pela Sabesp (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022).

A Sabesp assinou 16 contratos<sup>4</sup>, entre 2019 e 2020, para execução de obras de esgotamento sanitário nas sub-bacias do Rio Pinheiros. A Sabesp selecionou as empresas por licitações, os consórcios são contratados por performance e remunerados em função da qualidade da água (DBO menor ou igual a 30<sup>5</sup>) que deságua no Rio Pinheiros, ou seja, na foz de cada córrego.

Para medir a qualidade da água neste projeto, foram realizadas diversas análises físico-químicas e biológicas em amostras de água coletadas em diferentes pontos do rio. O projeto *Novo Rio Pinheiros* utilizou a tecnologia de monitoramento em tempo real, com a instalação de boias equipadas com sensores que medem parâmetros como a temperatura da água, a velocidade do fluxo e a qualidade da água em tempo real. Com base nessas análises e medições, é possível avaliar a qualidade da água do Rio Pinheiros e monitorar a efetividade das ações realizadas pelo projeto Novo Rio Pinheiros.

A CETESB é a responsável pelo monitoramento da qualidade das águas do programa, a figura acima apresenta o mapa da bacia do Rio Pinheiros, seus afluentes, os limites das sub-bacias hidrográficas e a localização dos pontos de monitoramento da qualidade de água.

## MANUTENÇÃO

A EMAE operou ações de manutenção por meio de desassoreamento e do plantio de espécies nativas nas margens, em parceria com o Projeto Pomar Urbano. O processo de desassoreamento se baseia em remover resíduos sólidos sedimentados no leito do rio, contribuindo para a capacidade natural de regeneração do rio, além de aumentar o armazenamento e a vazão. A limpeza do leito do rio retirou mais de 780 mil m<sup>3</sup> de sedimentos e o desassoreamento prossegue para melhorar a qualidade da água (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022). Além disso, foram instalados 11 quilômetros de gabiões nas margens do rio, embora biólogos e ambientalistas critiquem essa iniciativa, pois compromete a restauração da fauna local. Após as críticas, foram construídas rampas de acessos junto às margens para permitir que os animais entrem e saiam da água facilmente. As rampas têm cerca de 2,5 metros de largura e possuem uma camada de cimento liso sobre o gabião, para facilitar o acesso de

<sup>4</sup> um para cada córrego, menos o Córrego Pirajussara que são três contratos, devido ao tamanho do córrego e alto número de novas conexões de esgoto.

<sup>5</sup> DBO - Demanda Biológica de Oxigênio é o parâmetro mais utilizado para medir o nível de poluição das águas, uma vez que esses microrganismos (bactérias aeróbias, por exemplo) realizam a decomposição da matéria orgânica no meio aquático por meio de processos oxidativos, sobretudo pela respiração, ou seja, é a quantidade de oxigênio consumida por microrganismos presentes em determinada amostra de um efluente como, por exemplo, o esgoto doméstico e o industrial.



animais rastejantes.

### RESÍDUOS SÓLIDOS

A coleta de lixo é realizada por embarcações flutuantes de tamanhos variados, algumas foram planejadas exclusivamente para o programa, para poderem navegar nas áreas mais assoreadas. Foram removidas mais de 86,6 mil toneladas de resíduos, incluindo garrafas PET, bicicletas, pneus e plásticos, que eram lançados nas águas de diversas maneiras (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022).

### AS AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Diversas iniciativas socioeducativas foram implementadas na bacia do Córrego Zavuvus dentro do programa *Novo Rio Pinheiros*, como a Estação Socioambiental (ESA), o centro de empregabilidade NÓS, ações educativas com crianças e atividades voltadas aos catadores de materiais recicláveis, com o objetivo de remover resíduos sólidos do córrego. Grande parte dessas ações, incluindo a criação da ESA, foi prevista no edital do programa *Novo Rio Pinheiros*.

A ESA, localizada próxima à Estação de Trem Jurubatuba, oferecia uma exposição dividida em duas partes: uma com caráter informativo e outra interativa para crianças, com jogos educativos. A exposição apresentava a história do Rio Pinheiros, suas condições atuais e incentivava a reflexão sobre o futuro do rio. No entanto, a ESA funcionou entre 2021 e 2022, encerrando suas atividades junto com o programa.

Adicionalmente, ações junto aos catadores incluíram a distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a criação de pontos de coleta para reciclagem, otimizando o trabalho dos catadores, que retiraram resíduos sólidos de dentro do córrego. Já o centro NÓS, voltado à convivência e apoio à empregabilidade, foi reinaugurado após a pandemia, oferecendo um espaço de coworking, atividades recreativas e socioambientais, e capacitações voltadas ao empreendedorismo e à ampliação da empregabilidade. O centro é mantido pela associação de moradores e se sustenta basicamente de doações e trabalho voluntário, ele permanece em funcionamento, com infraestrutura voltada para atividades esportivas de crianças e idosos, assessoria a pequenos negócios e um pequeno auditório.

### A REVITALIZAÇÃO DAS MARGENS

O Parque Global, autointitulado o maior empreendimento imobiliário da América Latina em volume de vendas, assumiu o compromisso de construir um parque linear na margem sul do Rio Pinheiros como contrapartida ambiental. Intitulado Parque Bruno Covas, o projeto inicial contempla 8 km de extensão, com a previsão de expansão por mais 8 km nos próximos anos (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, 2021).

A antiga Usina Elevatória de Traição, que integra esse programa, será renomeada



Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 41, 2025

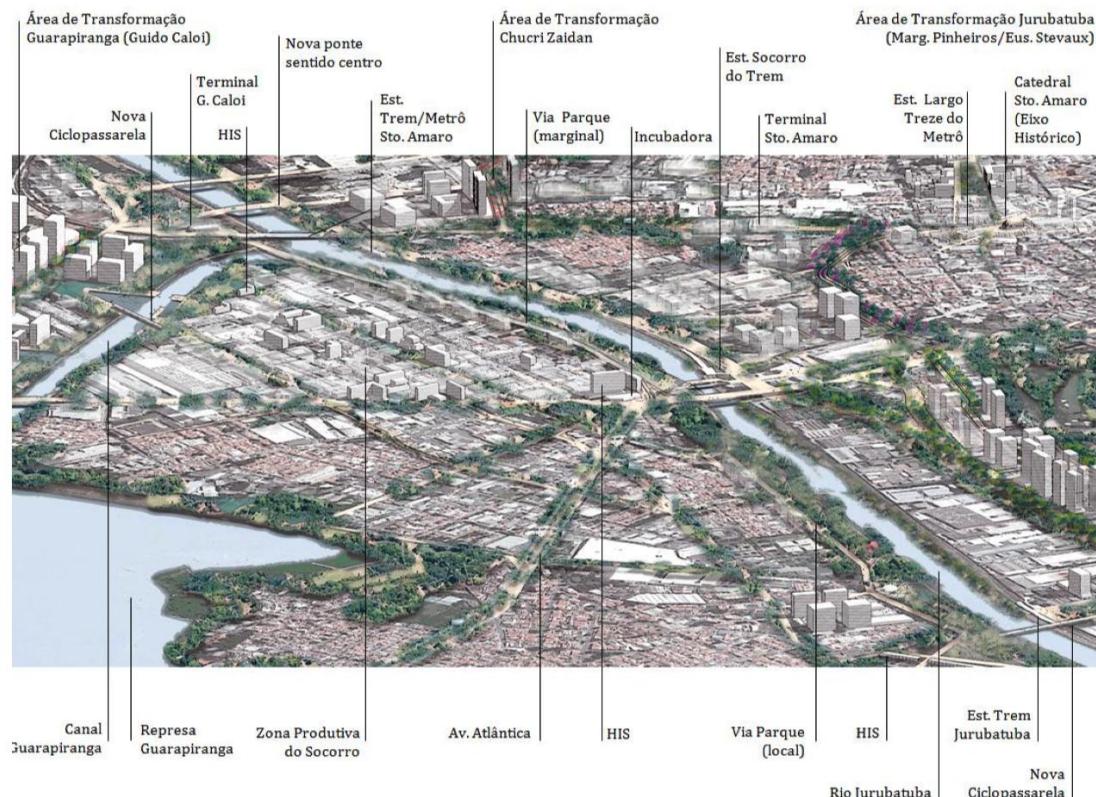
Usina São Paulo. O edifício, datado de 1940, passará por um processo de revitalização, transformando-se em um espaço comercial que incluirá cafés, bares, restaurantes e lojas. Além disso, o prédio manterá sua função original de bombeamento das águas para o controle de enchentes dos rios Pinheiros e Tietê.

Após a reforma da ciclovia da Marginal Pinheiros, o Governo do Estado de São Paulo registrou aumento significativo no número de usuários. A obra foi realizada por meio de um Chamamento Público, estabelecendo parceria de 36 meses com a iniciativa privada, que investiu R\$6 milhões. A ciclovia é patrocinada por marcas que ocupam contêineres ao longo do trajeto, servindo como pontos de venda e exibição de materiais publicitários, especialmente relacionados ao ciclismo (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022).

Desde 1999, as margens do Rio Pinheiros são revitalizadas pelo projeto *Pomar Urbano* com os objetivos de desenvolver a vida às margens do rio, promover a educação ambiental e sensibilizar a população. Para a execução do Programa *Novo Rio Pinheiros*, com apoio da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE), em 2019, foi iniciada mais uma etapa do Projeto *Pomar Urbano*, que por meio de convênios com a iniciativa privada, prevê o plantio de 30 mil mudas nativas ao longo de 13 quilômetros do rio (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022).

O Parque Jurubatuba, previsto no Plano Diretor de 2014 como Zona Especial de Proteção Ambiental, está destinado à criação de um parque linear ao longo do Rio Pinheiros. No entanto, um projeto de ampliação da Marginal Pinheiros, que inclui novas faixas de tráfego, está gerando controvérsias devido ao impacto ambiental e à contradição com o Plano de Urbanização (PIU) Arco Jurubatuba, que prioriza espaços verdes e vias locais. A ampliação pode causar a impermeabilização de 10% da área verde e dificultar o acesso de pedestres e ciclistas. O coletivo Rios e Ruas alerta que essa expansão seria um retrocesso nas práticas de urbanismo sustentável, comprometendo o potencial da região como um importante parque para a cidade (RIOS E RUAS, 2024).

Figura 2 - Ilustração da Orla Guarapiranga e da Orla Jurubatuba no documento do PIU Arco Jurubatuba.



Fonte: Prefeitura de SP, 2018. Disponível em: [https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NOTA\\_TECNICA\\_PLANO\\_URBANISTICO.pdf](https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NOTA_TECNICA_PLANO_URBANISTICO.pdf)

## O ZAVUVUS

O Córrego Zavuvus<sup>6</sup>, também conhecido como Ribeirão do Aterrado, está localizado na Zona Sul do Município de São Paulo, possui extensão aproximada de 7,8 km e diversos córregos menores que desaguam nele, nasce em Cidade Ademar e deságua no canal superior do Rio Jurubatuba (Rio Pinheiros) em território sob jurisdição da Subprefeitura de Santo Amaro, percorrendo os bairros de Vila Joaniza, Campo Grande, Jardim Consórcio, Jurubatuba e Americanópolis. O consórcio VERDAGG foi contratado para executar a despoluição da microbacia associado a um interessante conjunto de ações socioambientais.

A ocupação da Bacia do Zavuvus tem características diversas ao longo de sua extensão, a parte mais próxima à Marginal Pinheiros, onde o córrego encontra o rio, é marcada por urbanização mais antiga de caráter industrial com quadras grandes e poucas habitações. Atualmente é marcada por lojas de carros, empresas de logística, atacadistas e o Shopping SP Market (1994).

À medida que o córrego Zavuvus se distancia da planície do Rio Pinheiros, a ocupação

<sup>6</sup> Córrego Zavuvus é um dos 14 córregos contemplados do programa Novo Rio Pinheiros.



ao seu redor torna-se predominantemente residencial, com a presença de condomínios verticais, embora ainda haja galpões industriais. Após cruzar a Avenida Interlagos, onde ocorre a mudança de jurisdição entre as subprefeituras de Santo Amaro e Cidade Ademar, a ocupação passa a ser mais horizontal, com casas térreas e comércio ao longo da Avenida Yervant Kissajikian, área cuja infraestrutura iniciou a canalização do córrego nos anos 1980 (MONTEIRO, 2011).

Nos trechos onde o córrego não foi canalizado, predominam favelas e assentamentos precários. Observa-se que essas áreas, por onde o córrego passa a céu aberto, deveriam ter sido originalmente delimitadas como áreas de proteção pela prefeitura. No entanto, a falta de gestão resultou em vazios urbanos, posteriormente ocupados de forma irregular e desordenada, refletindo a carência de políticas públicas de habitação para a população de baixa renda.

Um projeto de 2013, faz a proposta de Readequação do Córrego Zavuvus, parte do PAC2, reduzindo as inundações nas regiões de Santo Amaro e Cidade Ademar e revertendo a degradação ambiental ao longo do córrego (Prefeitura de São Paulo, 2013), além de beneficiar os moradores com a criação de espaços de lazer. A Área de Preservação Permanente (APP) do córrego, majoritariamente ocupada por moradias irregulares, sofre com a ausência de vegetação ciliar, aumento da poluição e crescente impermeabilização da bacia hidrográfica (Prefeitura de São Paulo, 2013). O projeto inclui a construção de dois reservatórios subterrâneos, galerias de reforço e a readequação do canal, ações planejadas desde a década de 1980 e alinhadas ao Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDES/2002) (Prefeitura de São Paulo, 2013).

Figura 3 – Indicação do parque linear proposto pela Subprefeitura de Cidade Ademar ao longo do Córrego Zavuvus.



Fonte: autoria do autor, 2024.

Estão previstos parques lineares e a urbanização das margens, além do reassentamento de famílias em duas mil moradias do programa Minha Casa, Minha Vida



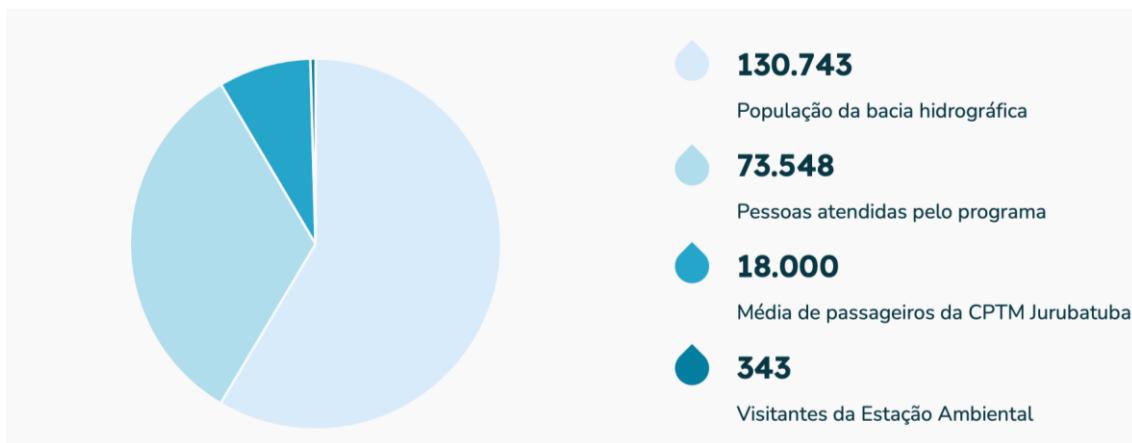
(Prefeitura de São Paulo, 2013). A execução das obras, iniciadas em 2015, enfrentou paralisações e retomadas, com investimentos totais de R\$373 milhões (Prefeitura de São Paulo, 2019). A construção dos reservatórios enfrenta desafios de localização, tendo o Tribunal de Contas da União anulado a licitação original (Prefeitura de São Paulo, 2023).

## RESULTADOS

O programa Novo Rio Pinheiros atingiu os objetivos técnicos esperados no que tange à melhoria da qualidade da água, medida pelo índice de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), resultando em água visivelmente mais clara e limpa, embora ainda apresente odor desagradável. Houve também aumento no número de frequentadores da ciclovia e parques adjacentes, bem como da fauna local, incluindo peixes, pássaros e capivaras nas margens do rio. No entanto, a descontinuidade de algumas ações na nova gestão estadual permite compreender quais os verdadeiros objetivos do conjunto das intervenções efetivamente realizadas. A revitalização das margens, ainda em curso, ocorre de forma tímida e desorganizada, com ações fragmentadas, muitas vezes conduzidas por iniciativas privadas, como o Parque Bruno Covas e a Roda-Rico. Outras intervenções temporárias, como o bar flutuante da Heineken e os barcos da Uber, são exemplos de ações de marketing pontuais.

No que diz respeito ao Córrego dos Zavuvus o programa de educação ambiental foi inegavelmente inócuo. Apesar de ter cumprido as metas iniciais, o número de participantes das atividades educativas foi limitado, com menos de 2.000 pessoas envolvidas, o que representa apenas 1,2% da população da bacia hidrográfica e menos de 0,5% daqueles que circulam e trabalham na área. Além disso, para os frequentadores diários da região, as mudanças na paisagem são imperceptíveis, e o córrego permanece pouco visível. O programa deveria incluir metas de descanalização e maior visibilidade dos cursos d'água em todos os trechos possíveis. Atualmente, apenas 2.500 metros dos quase 8 km do córrego estão expostos, e as áreas ainda abertas, muitas ocupadas irregularmente, poderiam ser canalizadas ou requalificadas para garantir acessibilidade física e visual à população.

Figura 4 - Gráfico com o Comparativo Demográfico.



Fonte: autoria do autor, 2023.

Entre os 16 lotes do programa, o Córrego Zavuvus destacou-se por ser o que contou com o maior número de ações socioambientais previstas em contrato, todas comprovadamente realizadas. No âmbito social, o programa beneficiou uma parcela considerável da população, proporcionando capacitação e geração de empregos durante as obras, além de despoluir centenas de quilômetros de córregos insalubres, melhorando as condições de vida de mais de três milhões de paulistanos. No entanto, questiona-se a demora na implantação e a qualidade dos espaços públicos nas margens dos rios e córregos, uma vez que a população beneficiada a montante do córrego raramente frequenta as margens do novo Rio Pinheiros, devido a barreiras de distância e socioeconômicas.

Conclui-se que a simples melhoria da qualidade da água não altera significativamente o quadro de contaminação e apagamento das águas urbanas. É necessário considerar outros fatores, como as relações entre as margens dos córregos, a cidade, a população e o meio ambiente. A obra de infraestrutura, embora essencial, não deveria ser entendida como o fim, mas como a precondição para que a questão dos rios urbanos, possa ter uma abordagem holística que permita outras frentes de atuação. A descontaminação dos córregos é entendida como a ação que permite que eles tenham outra presença e papel na paisagem e nos espaços urbanos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização da Bacia do Rio Pinheiros foi fundamental para o desenvolvimento da cidade como conhecemos hoje, contudo, comprometemos os espaços de lazer, todo o sistema de drenagem, ocupamos as áreas de alagamento regular, perdemos fontes de abastecimento de água, priorizando apenas a geração de energia e espaços para a circulação de veículos. Devastou-se todo um vasto ecossistema para o loteamento e ocupação de alguns dos bairros mais valorizados da cidade. Nas últimas décadas observou-se algum avanço na adoção de algumas políticas mais ambientalmente responsáveis e inclusivas, priorizando especialmente os



corredores de ônibus, a expansão das linhas de metrô e as ciclovias. No caso do Rio Pinheiros, localizado em uma região relativamente consolidada e de grande valorização, essa mudança é mais evidente, impulsionada também por interesses do próprio mercado imobiliário.

O acesso à água potável no Brasil é uma questão de classe social, assim como o direito à cidade, tornando essencial vincular o saneamento básico ao direito à cidade. As políticas de gestão hídrica devem ser alinhadas ao planejamento urbano, pois a água é vital para a saúde pública. O Novo Marco Regulatório do Saneamento oferece uma oportunidade de acelerar investimentos em infraestrutura, especialmente em áreas vulneráveis, visando a universalização do acesso à água e esgoto.

Com a lei do Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico temos a possibilidade de acelerar os investimentos em infraestrutura, principalmente para as áreas de maior vulnerabilidade social, visto que a nova lei tem como meta universalizar o acesso à água e ao tratamento de esgoto. Ações socioambientais devem fazer parte dos projetos de saneamento básico nos conglomerados subnormais por terem impacto no resultado financeiro do projeto. A finalidade de todas as empresas que integram os consórcios é lucrar ao final de cada projeto, assim como a Sabesp.

Ao analisar investimentos públicos, é possível perceber a relação entre grandes projetos de infraestrutura e os interesses do mercado imobiliário, a articulação entre interesses públicos manifestos e ocultos e os privados. O saneamento básico em favelas e comunidades marginalizadas não é apenas uma questão de direitos humanos básicos, mas também de justiça social e ambiental. O correto seria articular as obras de saneamento em conjunto com outras políticas públicas para maximizar os recursos investidos na mesma região, como pela implantação e revitalização das praças e demais espaços públicos em bairros carentes de espaços livres, assim como melhorias em calçadas e arborização, orientadas pelas lideranças comunitárias para evitar a descontinuidade durante a validade do contrato.

É fundamental pensar como a questão da qualidade do espaço público se relaciona com educação ambiental. O consumo consciente de água passa por um trabalho de base fundamental, uma maneira alternativa de conscientizar a população sobre a importância da água é através da experiência e vivência nos espaços públicos. A oportunidade de aprimorar a qualidade dos espaços públicos de forma participativa pode fortalecer a cidadania, resultando em uma melhor qualidade de vida a população e gerações futuras.

Contudo, é necessária uma reflexão crítica sobre a dimensão e relevância das obras de revitalização das margens do Rio Pinheiros, mesmo considerando que os recursos não provêm apenas dos cofres públicos diretamente. Por exemplo, a construção de um novo centro comercial na Usina SP levanta questionamentos acerca de sua real relevância, considerando a localização deste empreendimento (entre os Shoppings Cidade Jardim e JK Iguatemi), não seria mais barato e eficaz urbanizar alguns trechos das margens dos córregos despoluídos? Ou senão, descanalizar esses córregos nos trechos possíveis? Como é o caso do Parque Linear proposto pela Subprefeitura de Cidade Ademar. Fica evidente que a instalação do empreendimento na Usina visa ressignificar uma instalação técnica, muito presente na paisagem dos



empreendimentos lindeiros.

O conjunto de avenidas que compõem a Marginal Pinheiros ocupa as duas margens de praticamente todos os 25 km do rio, desde a confluência com o Rio Tietê até a Barragem da Billings. Um pequeno trecho de 4,25 km entre o Canal da Guarapiranga e a Ponte de Interlagos ainda não é ocupado por pistas. Atualmente a prefeitura e o governo do estado de SP planejam completar o erro histórico e estender as pistas ocupando a margem remanescente. Grupos organizados de moradores resistem ao projeto reivindicando a implantação do Parque Jurubatuba no lugar. É uma disputa sobre qual o modelo de urbanização que defendemos para a cidade, qual o papel das águas, dos rios e córregos na paisagem das cidades.

Embora sejam inegáveis o ineditismo e a importância do volume de recursos aplicados em obras de saneamento básico para despoluir o Rio Pinheiros, é fundamental ponderar sobre a relação com a natureza e impacto das iniciativas de revitalização das margens, buscando uma visão mais crítica e coerente em relação às reais necessidades urbanas, de modo a pensar nas diferentes demandas das diferentes classes e grupos sociais, empresariais e políticos. Conclui-se, portanto, que o programa desenvolvido para o Córrego dos Zavuvus visa apenas a descontaminação das águas, preocupado apenas com a redução dos odores que comprometem o sucesso dos grandes empreendimentos imobiliários em implantação ao longo do Rio Pinheiros, não significam nenhum avanço na incorporação dos córregos e rios à paisagem da cidade de São Paulo.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITTO, Ana Lucia; REZENDE, Sonaly Cristina. A política pública para os serviços urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: Financeirização, mercantilização e perspectiva de resistência. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 557-581, 2017.

FURIGO, Renata de Faria Rocha; SAMORA, Patrícia Rodrigues; TAMAYO, Alberto Léon Gutiérrez. Direito à água e ao lugar em Medellín, Colômbia. Universalização do saneamento em assentamentos precários urbanos. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 22, n. 48, pp. 479-498, 2020.

KISHIMOTO, Satoko; LOBINA, Emanuele; PETITJEAN, Oliver. **Our public water future: The global experience with remunicipalisation.** Amsterdã: Transnational Institute, 2015.

MONTEIRO JUNIOR, Laércio. **Infraestruturas urbanas: uma contribuição ao estudo da drenagem em São Paulo.** 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Secretaria de Infraestrutura urbana e obras da Prefeitura de São Paulo. Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) - Readequação Hidráulica da Bacia do Córrego Zavuvus. São Paulo, 2012.

SEABRA, Odette. De cidade à metropole. Geografares, Vitória, Brasil, n. 9, p. 49–79, 2011.

SWYNGEDOUW, Erik. Privatizando o H2O: transformando águas locais em dinheiro global. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, v.6, p. 33, 2004.

VETTER, D.; MASSENA, R. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? Uma teoria de causação circular. **Solo Urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981, pp. 51-77.

### SITES



Edição em Português e Inglês / Edition in Portuguese and English - Vol. 13, N. 41, 2025

Pesquisa Saneamento Básico em áreas irregulares do Estado de São Paulo. **Instituto Trata Brasil, 2015.** Disponível em: <[http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/areas-irregulares/Areas-Irregulares-Sao-Paulo-vf-24\\_11-16h.pdf](http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/areas-irregulares/Areas-Irregulares-Sao-Paulo-vf-24_11-16h.pdf)>. Acesso em: 31 de agosto. 2020.

Panorama da participação privada no saneamento. **Instituto Trata Brasil, 2019.** Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/uploads/Estudo---PANORAMA-SETOR-PRIVADO-NO-SANEAMENTO-2019.pdf>>. Acesso em: 31 de agosto. 2020.

Monitoramento e Acompanhamento Novo Rio Pinheiros. **Governo do Estado de São Paulo.** Disponível em: <<https://mapas.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/portal/apps/sites/#/publiconrp>>. Acesso em: 01 de agosto. 2023.

Panorama da Participação Privada do Saneamento 2022. **Abcon Sindcon.** Disponível em: <<https://abconsindcon.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Panorama2022-baixa.pdf>>. Acesso em: 20 de agosto. 2023.